

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

Nota Justificativa

Determina o n.º 4 do art.º 26.º da Lei n.º 33/2013, de 16 de maio, em conjunto com o n.º 6, do art.º 37.º dos Estatutos da Região de Turismo do Algarve, publicados no D.R., 2.ª série, n.º 129, de 8 de julho de 2013, que “As condições de admissão, prestação e disciplina do trabalho são definidas em regulamento interno aprovado pela Assembleia Geral (...)”.

Assim e no cumprimento do acima exposto elaborou-se o presente regulamento que nos termos do art.º 117.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) foi submetido a audiência prévia do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e de Entidades com Fins Públicos, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Regiões Autónomas e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos.

Nestes termos e no uso da competência conferida pela alínea f), do artigo 20.º, dos estatutos da Região de Turismo do Algarve, é aprovado o presente regulamento que define as condições de admissão, prestação e disciplina do trabalho dos trabalhadores da Região de Turismo do algarve.

CAPITULO I

Âmbito e Vigência

Artigo 1.º

Âmbito

1. O presente regulamento tem por objeto a definição das normas a que obedece o recrutamento, seleção e admissão de pessoal, bem como a sua prestação e disciplina com vista à celebração de contrato individual de trabalho no âmbito do Código do Trabalho.
2. Só podem ser celebrados contratos de trabalho, após procedimento de recrutamento, para postos de trabalho aprovados em mapa de pessoal, devidamente orçamentados e

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

ainda mediante parecer favorável dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública.

Artigo 2.º

Vigência, eficácia e forma de revisão

1. O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia Geral da RTA.
2. O presente regulamento mantém-se em vigor até ser revisto, alterado, substituído ou revogado.
3. A revisão, alteração, substituição ou revogação deve revestir a forma escrita e ser aprovada pela Assembleia Geral.

CAPITULO II

Admissão

Artigo 3.º

Pedido de parecer prévio

O pedido de parecer prévio é devidamente fundamentado com a caracterização do posto de trabalho, necessidades permanentes ou transitórias dos serviços a satisfazer, remuneração base, declaração de cabimento orçamental e da não existência de pessoal em requalificação.

Artigo 4.º

Despacho de abertura

1. O procedimento de seleção inicia-se com despacho do presidente da RTA, que determina a sua abertura.
2. O despacho de abertura deve conter:
 - a) Menção do parecer prévio favorável;
 - b) O número de postos de trabalho a ocupar e respetiva caracterização das funções a desempenhar;
 - c) Tipo de contrato a celebrar no âmbito do código do trabalho;
 - d) Identificação do local de trabalho;

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

- e) Os requisitos exigidos aos candidatos;
- f) Os critérios e métodos de seleção e respetiva ponderação;
- g) Os locais de publicitação da oferta de emprego;
- h) Composição do júri;
- i) Tipo, forma e duração das provas de conhecimentos, bem como as respetivas temáticas;
- j) Indicação de que as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas;
- k) Identificação dos documentos exigidos para efeitos de admissão ou avaliação dos candidatos e indicação sobre a possibilidade da sua apresentação por via eletrónica;
- l) Forma de publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos.

Artigo 5.º

Requisitos

1. Na fixação dos requisitos a exigir aos candidatos devem ser ponderadas a natureza das tarefas a desempenhar, sua complexidade e grau de responsabilidade, bem como as necessidades concretas do serviço e os objetivos visados pela admissão.
2. O preenchimento dos requisitos pode ser facultativo ou obrigatório.
3. A falta de requisito obrigatório constitui causa de exclusão preliminar do candidato.

Artigo 6.º

Júri

1. O júri é composto por três elementos, membros da comissão executiva.
2. Compete ao júri a realização de todas as operações de seleção, podendo, caso se afigure necessário, solicitar a colaboração de técnicos da RTA e/ou entidades públicas ou privadas especializadas em determinadas matérias.
3. O júri apenas funciona na presença de todos os seus membros, devendo as respetivas deliberações ser tomadas por votação nominal, votando primeiro os vogais e por fim o presidente.

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

-
4. As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades dos opositores aos procedimentos concursais são tomadas por escrutínio secreto;
 5. Das reuniões de júri são lavradas atas contendo os fundamentos das decisões tomadas.
 6. Ao júri assiste a faculdade de solicitar esclarecimentos aos candidatos e ou documentos que se afigurem relevantes no âmbito do procedimento de seleção.

Artigo 7.º

Métodos de seleção

1. A escolha dos métodos de seleção é feita, nomeadamente, em função da duração do contrato a celebrar, da natureza das tarefas a desempenhar, sua complexidade e grau de responsabilidade.
2. Para os contratos de trabalho por tempo indeterminado são métodos de seleção obrigatórios, com carácter eliminatório, os seguintes:
 - a) Prova de conhecimentos;
 - b) Avaliação curricular;
 - c) Entrevista Profissional.
3. Para os contratos de trabalho a termo resolutivo são métodos de seleção obrigatórios, com carácter eliminatório, os seguintes:
 - a) Avaliação curricular;
 - b) Entrevista profissional.
4. A Prova de conhecimentos tem por objetivo avaliar as competências técnicas necessárias ao exercício da função e pode ter a forma escrita ou oral.
5. O programa de provas de conhecimentos indicado na alínea a) do ponto dois é aprovado pelo presidente da RTA.
6. A avaliação curricular tem como objetivo apreciar a habilitação académica de base, a formação e a experiência profissional dos candidatos.
7. A entrevista profissional visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

Artigo 8.º

Publicitação

1. A publicitação da oferta de emprego é feita na Bolsa de Emprego Pública (BEP) e em jornais de expansão regional e nacional.
2. O aviso a publicar deve conter os seguintes elementos:
 - a) Identificação do posto de trabalho;
 - b) Número de trabalhadores a recrutar;
 - c) Prazo para apresentação de candidaturas;
 - d) Os requisitos exigidos aos candidatos;
 - e) Composição do júri;
 - f) Os critérios e métodos de seleção e respetiva ponderação;
 - g) O programa da prova de conhecimentos.

Artigo 9.º

Prazos

1. O prazo para apresentação de candidaturas não pode ser inferior a 5 dias úteis nem superior a 10 dias úteis, contados do dia seguinte ao da última publicação.
2. No caso de candidaturas enviadas por correio é atendível a data do registo ou carimbo dos serviços postais.
3. A realização das operações de aplicação dos métodos de seleção deve ser marcada com antecedência mínima de três dias úteis contados da notificação aos candidatos, à exceção da prova de conhecimentos em que deverá ser observado um prazo mínimo de cinco dias úteis.

Artigo 10.º

Notificações

Em regra as notificações aos candidatos são efetuadas mediante comunicação escrita, por via eletrónica.

Artigo 11.º

Tramitação do procedimento

1. O procedimento concursal é simplificado e urgente.

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

-
2. Terminado o prazo de apresentação de candidaturas o júri procede à verificação dos requisitos de admissão e exclusão.
 3. Os candidatos excluídos são notificados da decisão e respetiva fundamentação.
 4. Os candidatos admitidos são notificados da data e local de realização dos métodos de seleção.
 5. Os candidatos não aprovados nos métodos de seleção eliminatórios são notificados da decisão do júri com a respetiva fundamentação.
 6. Terminadas todas as operações e seleção, o júri elabora a lista unitária de ordenação final.
 7. As provas de conhecimentos são corrigidas pelo júri ou por quem ele designar com anotação na própria prova da nota obtida em cada resposta, a nota final, e a fundamentação de modo sucinto e claro das deduções efetuadas.
 8. Por cada avaliação curricular é elaborada uma ficha individual contendo os fatores avaliados e a respetiva pontuação.
 9. Por cada entrevista profissional é elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada.

Artigo 12.º

Decisão final e notificações

1. Não é admitida a junção de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo para entrega de candidaturas.
2. Os candidatos excluídos e não aprovados nos procedimentos concursais podem recorrer hierarquicamente ou contenciosamente nos termos da lei.
3. O júri comunica, por escrito, via eletrónica, os candidatos admitidos e aprovados da ordenação final, concedendo-lhes audiência prévia nos termos do Código do Procedimentos Administrativo.
4. O candidato a admitir é notificado, por escrito, via eletrónica, pelos serviços de recursos humanos da RTA, para proceder à celebração do contrato, sendo-lhe remetida uma minuta.
5. Caso o candidato não se pronuncie ou não aceite no prazo fixado para o efeito, o presidente da RTA pode optar pela celebração do contrato com o candidato colocado

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

no segundo lugar e assim sucessivamente, ou pela abertura de novo procedimento concursal.

CAPITULO III

Prestação do trabalho

Artigo 13.º

Relação jurídica de emprego

- 1 – A relação jurídica de emprego na RTA constitui-se por contrato de trabalho ou por comissão de serviço, previstos no código do trabalho.
- 2 – O contrato de trabalho é aquele pelo qual uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade à RTA, no âmbito da sua organização e autoridade.
- 3 – A comissão de serviço é aquele pelo qual uma pessoa singular exerce cargos diretamente dependentes da comissão executiva.
- 4 – Não são permitidos outros tipos de constituição de modalidades de relações jurídicas de emprego.

Artigo 14.º

Tipo de contratos

- 1 - Os contratos podem ser a termo resolutivo, certo ou incerto, a tempo parcial ou por tempo indeterminado, no âmbito do código do trabalho.

Artigo 15.º

Período experimental

- 1 – O período experimental corresponde ao tempo inicial da execução do contrato de trabalho, durante o qual as partes apreciam a sua manutenção.
- 2 – O período experimental pode ser reduzido ou excluído por acordo escrito entre as partes.

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

Artigo 16.º

Duração do período experimental

- 1 – O período experimental tem duração em conformidade com a complexidade das funções a executar, bem como da duração do contrato.
- 2 - Duração do período experimental por complexidade:
 - a) De grau 1, quando se exija a titularidade da escolaridade obrigatória, ainda que acrescida de formação profissional adequada – 90 dias;
 - b) De grau 2, quando se exija a titularidade do 12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado – 180 dias;
 - c) De grau 3, quando se exija a titularidade de licenciatura ou de grau académico superior a esta – 240 dias
- 3 – Duração do período experimental por duração do contrato:
 - a) Contratos com duração até seis meses – 15 dias
 - b) Contratos com duração superior a seis meses e inferior a 2 anos – 30 dias
- 4 – Nas comissões de serviço a duração do período experimental é aquele que resultar o respetivo acordo.

Artigo 17.º

Celebração de contratos

- 1) Os trâmites para a celebração dos contratos é o seguinte:
 - a) Os serviços de recursos humanos elaboram informação formalizada por preenchimento do formulário “Informação” (FORM_012 – documento inteligente da aplicação de gestão documental), contendo os dados do trabalhador a contratar, as circunstâncias da contratação, o valor da despesa e recolhem junto da área financeira a informação de cabimento, anexam uma minuta do contrato e remetem para aprovação do Presidente da Comissão Executiva.
 - b) Após aprovação superior os recursos humanos emitem o contrato e recolhem as assinaturas das partes;
- 2) Os contratos celebrados ficam arquivados nos processos individuais de cada trabalhador.

REGULAMENTO INTERNO DO PESSOAL DA REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

REGU_015_v0

Capítulo IV

Disciplina

Artigo 18.º

Poder disciplinar

- 1 - Aos trabalhadores da RTA em regime de contrato de trabalho em funções públicas aplica-se o disposto no Capítulo VII do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
- 2 - Aos trabalhadores em regime de contrato no âmbito do regime privado, aplica-se o disposto no Capítulo VI, Seção III do Código do Trabalho.

Artigo 19.º

Competência para aplicação das penas

- 1 - A aplicação da pena de repreensão é da competência de todos os superiores hierárquicos em relação aos seus subordinados.
- 2 - A aplicação das restantes penas é da competência da comissão executiva.

Aprovado por unanimidade, em reunião da comissão executiva da Região de Turismo do Algarve, realizada em 4 de dezembro de 2014.

Aprovado por unanimidade, em reunião da Assembleia Geral da Região de Turismo do Algarve, realizada em 16 de dezembro de 2014.